

**ANEXO IX - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.0. OBJETO:**

**1.1.** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES DE BOCAIUVA – MG.

**2.0. DESCRIÇÃO DOS ITENS:**

Item	Descrição	UND	Qtde
0001	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML 5ML INJ. IV	AMP	6.000,00
0002	ADENOSINA 3MG/ML 2ML INJ. IV	AMP	600,00
0003	ÁGUA BIDESESTILADA 100ML SISTEMA FECHADO	UND	400,00
0004	ÁGUA BIDESESTILADA 10ML	AMP	60.000,00
0005	ÁGUA BIDESESTILADA 500ML SISTEMA FECHADO	UND	400,00
0006	ÁGUA BIDESESTILADA 5ML	AMP	20.000,00
0007	ALBUMINA HUMANA 0,2G/ML 50ML INJ. IV	FR	10,00
0008	AMICACINA 250MG/ML 2ML IV/IM	AMP	1.000,00
0009	AMIODARONA 50MG/ML 3ML INJ. IV	AMP	2.000,00
0010	AMOXICILINA 1G + CLAVUL. DE POTÁSSIO 200MG PÓ LIOFILIZADO INJ. IV	AMP	2.000,00
0011	AMOXICILINA 50MG/ML 60ML SUSP. ORAL	FR	1.000,00
0012	AMPICILINA 1G PÓ LIOFILIZADO INJ. IV/IM	AMP	1.000,00
0013	AMPICILINA 1G + SULBACTAM 500MG PÓ LIOFILIZADO IV/IM	AMP	2.000,00
0014	ATROPINA 0,5MG/ML 1ML INJ. IV/IM/SC	AMP	3.000,00
0015	AZITROMICINA 500MG COMP. VO EMBALAGEM FRACIONÁVEL	UND	3.000,00
0016	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI/ML PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL	AMP	1.500,00
0017	BENZILPENICILINA G POTÁSSICA 5.000.000UI PÓ LIOFILIZADO INJ. IV/IM	AMP	1.000,00
0018	BICARBONATO DE SÓDIO 84MG/ML 10ML INJ. IV	AMP	2.000,00
0019	BIPERIDENO 5MG/ML 1ML INJ. IV/IM	AMP	500,00
0020	BISACODIL 5MG COMP.VO:	UND	600,00
0021	BUPIVACAÍNA 5MG/ML 20ML SEM VASOCONSTRITOR	AMP	1.000,00
0022	BUPIVACAÍNA 5MG/ML + EPINEFRINA 1.200.000UI 20ML INJ. - COM VASOCONSTRITOR	AMP	1.000,00
0023	BUPIVACAÍNA 5MG/ML + GLICOSE 80MG/ML 4ML INJ. USO RAQUI - PESADA	AMP	12.000,00
0024	CAPTOPRIL 25MG COMP.	UND	3.000,00
0025	CEFALOTINA 1G PÓ LIOFILIZADO INJ. IV	AMP	5.000,00

0026	CEFAZOLINA 1G PÓ LIOFILIZADO INJ. IV/IM	AMP	5.000,00
0027	CEFEPIMA 1G PÓ LIOFILIZADO INJ. IV	AMP	6.000,00
0028	CEFTAZIDIMA 1G PÓ LIOFILIZADO INJ. IV/IM	AMP	3.000,00
0029	CEFTRIAXONA 1G PÓ LIOFILIZADO INJ. IV	AMP	16.000,00
0030	CETOPROFENO 100MG PÓ LIOFILIZADO INJ. IV	AMP	5.400,00
0031	CETOPROFENO 50MG/ML 2ML INJ. IM	AMP	3.000,00
0032	CINARIZINA 75MG COMP.VO	UND	500,00
0033	CIPROFLOXACINO 2MG/ML 200ML BOLSA	BOLSA	750,00
0034	CIPROFLOXACINO 2MG/ML 200ML BOLSA	BOLSA	250,00
0035	CIPROFLOXACINO 50MG COMP.VO EMBALAGEM FRACIONÁVEL	UND	1.200,00
0036	CISATRACÚRIO 2MG/ML 5ML INJ. IV	AMP	400,00
0037	CLINDAMICINA 150MG/ML 4ML IV/IM INJ.	AMP	10.000,00
0038	CLONIDINA 0,1MG COMP.VO	UND	1.000,00
0039	CLOPIDOGREL 75MG COMP.REVESTIDO VO	UND	2.000,00
0040	CLORETO DE POTÁSSIO 10% (100MG/ML) 10ML INJ. IV	AMP	2.000,00
0041	CLORETO DE SÓDIO 0,9MG/ML 10ML INJ. IV	AMP	4.000,00
0042	CLORETO DE SÓDIO 10% (100MG/ML)10ML INJ. IV FLUMAZENIL 0,1MG/ML 10ML INJ. IV	AMP	5.000,00
0043	CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO DI-HIDRATADO 2,9G + GLICOSE, 20G SACHÊ – SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	UND	1.000,00
0044	CLORETO DE SÓDIO 6MG/ML + CLORETO DE POTÁSSIO 0,3MG/ML + CLORETO DE CÁLCIO 0,2MG/ML + LACTATO DE SÓDIO 3MG/ML 500ML SIST. FECHADO - RINGER LACTATO	UND	1.000,00
0045	CLORPROMAZINA 5MG/ML 5ML INJ. IM	AMP	500,00
0046	DEXAMETASONA 2MG/ML 1ML INJ. IV/IM	AMP	1.400,00
0047	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML INJ. IV/IM	AMP	6.000,00
0048	DIAZEPAM 10MG COMP. VO EMBALAGEM FRACIONÁVEL	UND	3.000,00
0049	DICLOFENACO 50MG COMP.VO	UND	3.000,00
0050	DICLOFENACO 75MG/ML 3ML INJ. IM	AMP	5.000,00
0051	DIPIRONA 500MG COMP.VO	UND	10.000,00
0052	DIPIRONA 500MG/ML 10ML SOL. ORAL GOTAS	FR	500,00
0053	DIPIRONA 500MG + PROMETAZINA 5MG + ADIFENINA 10MG COMP.VO	UND	2.000,00
0054	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML INJ	UND	300,00
0055	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML IV/SC	AMP	300,00
0056	EPINEFRINA 1MG/ML 1ML INJ. IM/IV/SC	AMP	4.000,00
0057	ESCOPOLAMINA 20MG/ML 1ML INJ. IM/IV/SC	AMP	3.000,00
0058	ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA 500MG/ML 5ML INJ. IV/IM	AMP	22.500,00
0059	ETOMIDATO 2MG/ML	AMP	600,00
0060	FENILEFRINA 10MG/ML 1ML INJ. IV/IM/SC	AMP	300,00
0061	FENITOÍNA 50MG/ML 5ML INJ. IV/IM	AMP	2.000,00
0062	FENTANILA 0,05MG/ML 10ML INJ. IM/IV	AMP	3.500,00
0063	FENTANILA 0,05MG/ML 2ML INJ. IM/IV	AMP	1.000,00
0064	FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML INJ. IM	AMP	2.000,00

0065	FLUMAZIL 0,1MG/ML	AMP	200,00
0066	FUROSEMIDA 10MG/ML 2ML INJ. IV/IM	AMP	10.000,00
0067	FUROSEMIDA 40MG COMP. VO	UND	1.000,00
0068	GENTAMICINA 20MG/ML 1ML INJ. IV/IM	AMP	1.500,00
0069	GENTAMICINA 40MG/ML 1ML INJ. IV/IM	AMP	1.000,00
0070	GENTAMICINA 40MG/ML 2ML INJ. IV/IM	AMP	3.000,00
0071	GLICONATO DE CÁLCIO 10% (100MG/ML) 10ML INJ. IV	AMP	2.000,00
0072	GLICOSE HIPERTÔNICA 25% (250MG/ML) 10ML IV	AMP	2.000,00
0073	GLICOSE HIPERTÔNICA 50% (500MG/ML) 20ML IV	AMP	6.000,00
0074	HALOPERIDOL 5MG/ML 1ML INJ. IM	AMP	2.000,00
0075	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML 5ML INJ. INTRAVENOSA	AMP	600,00
0076	HIDROCORTISONA 500MG PÓ LIOFILIZADO INJ. IV/IM	AMP	6.000,00
0077	HIDROCORTIZONA 100MG PÓ LIOFILIZADO	AMP	6.000,00
0078	IBUPROFENO 50MG/ML 30ML SOL. ORAL GOTAS	FR	600,00
0079	IMUNOGLOBULINA ANTI-RH(D) 300MCG/ML 2ML SOL. INJETÁVEL	FR	120,00
0080	INSULINA HUMANA NPH 100UI/ML 10ML SUSPENSAO INJETÁVEL	FR	100,00
0081	INSULINA HUMANA REGULAR 100UI/ML 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	100,00
0082	ISOSSORBIDA 5MG COMP.SUBLINGUAL	UND	1.000,00
0083	LACTULOSE 667MG/ML 120ML XAROPE	FR	500,00
0084	LEVOFLOXACINO 5MG/ML 150ML SIST. FECHADO	UND	1.000,00
0085	LIDOCAINA 10% 50ML SPRAY	FR	60,00
0086	LIDOCAÍNA 2% 20ML SOL. INJETÁVEL - SEM VASOCONSTRITOR	FR	1.000,00
0087	LIDOCAÍNA 2% 30G GELÉIA: USO TÓPICO.	TB	2.000,00
0088	LOSARTANA 50MG COMP. VO	UND	1.000,00
0089	MANITOL 20% 250ML SISTEMA FECHADO	FR	200,00
0090	MEROPENEM 1G	AMPOLA	3.750,00
0091	MEROPENEM 1G	AMPOLA	1.250,00
0092	METARAMINOL 10MG/ML 1ML INJ. IM/IV/SC	AMP	500,00
0093	METILDOPA 500MG COMP.VO	UND	1.000,00
0094	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML INJ. IM/IV	AMP	10.000,00
0095	METOPROLOL 1MG/ML 5ML INJ. IV	AMP	1.000,00
0096	METRONIDAZOL 5MG/ML 100ML SIST. FECHADO	UND	6.000,00
0097	MIDAZOLAN 5MG/ML 10ML INJ. IV/IM/RETAL	AMP	8.000,00
0098	MIDAZOLAN 5MG/ML 3ML INJ. IV/IM/RETAL	AMP	6.000,00
0099	MORFINA 0,2MG/ML 1ML INJ. IV/IM/PERID	AMP	2.000,00
0100	MORFINA 10MG/ML 1ML INJ. IV/IM/PERID	AMP	6.000,00
0101	NALOXONA 0,4MG/ML 1ML INJ. IM/IV/SC	AMP	300,00
0102	NEOMICINA 5MG + BACITRACINA ZÍNICA 250UI/G 10G POMADA	TB	500,00
0103	NIFEDIPINO 10MG COMP.VO	UND	500,00
0104	NIFEDIPINO 20MG COMP.VO	UND	1.200,00
0105	NOREPINEFRINA 2MG/ML 4ML INJ. IV	AMP	5.000,00
0106	ÓLEO MINERAL 100% 100ML USO VO/TÓPICO	FR	200,00

0107	OMEPRAZOL 20MG COMP. VO	COMP	10.000,00
0108	OMEPRAZOL 40MG PÓ LIOFILIZADO INJ. IV	AMP	5.000,00
0109	PANTOPRAZOL 40MG/ML PÓ LIOFILIZADO INJ	AMP	5.000,00
0110	PARACETAMOL 200MG/ML 15ML SOL. ORAL GOTAS	FR	500,00
0111	PETIDINA 50MG/ML 2ML INJ. IM/IV/SC	AMP	1.000,00
0112	PIPERACICLINA 4G SÓDICA + TAZOBACTAN 500MG	AMP	3.000,00
0113	PREDNISOLONA 3MG/ML 60ML SOL. ORAL	FR	400,00
0114	PROMETAZINA 25MG/ML 2ML INJ IM	AMP	3.000,00
0115	PROPRANOLOL 40MG COMP.VO:	UND	1.000,00
0116	ROCURÔNIO 10MG/ML 5ML IV	AMP	500,00
0117	SOLUÇÃO ENEMA DE GLICERINA 12% 500ML SOL. RETAL SIST. FECHADO	FR	500,00
0118	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 1000ML SIST. FECHADO	UND	11.250,00
0119	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 1000ML SIST. FECHADO	UND	3.750,00
0120	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 100ML SIST. FECHADO	UND	26.250,00
0121	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 100ML SIST. FECHADO	UND	8.750,00
0122	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 250ML SIST. FECHADO	UND	18.750,00
0123	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 250ML SIST. FECHADO	UND	6.250,00
0124	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 500ML SIST. FECHADO	UND	22.500,00
0125	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 500ML SIST. FECHADO	UND	7.500,00
0126	SOLUÇÃO GLICOFISIOLÓGICA (GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 250ML SIST. FECHADO	UND	9.000,00
0127	SOLUÇÃO GLICOFISIOLÓGICA (GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 500ML SIST. FECHADO	UND	10.000,00
0128	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% 100ML SIST. FECHADO	UND	10.000,00
0129	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% 250ML SIST. FECHADO	UND	10.000,00
0130	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% 500ML SIST. FECHADO	UND	7.500,00
0131	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% 500ML SIST. FECHADO	UND	2.500,00
0132	SUFENTANILA 50MCG/ML 5ML INJETAVEL IV	AMP	100,00
0133	SUGAMADEX 100MG/ML 2ML	AMP	500,00
0134	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G 50G CREME	TB	1.000,00
0135	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% (0,5G/ML) 10ML INJ. IV/IM	AMP	2.000,00
0136	TENOXICAM 40MG PÓ LIOFILIZADO INJ. IV/IM	AMP	7.500,00
0137	TENOXICAM 40MG PÓ LIOFILIZADO INJ. IV/IM	AMP	2.500,00
0138	TERBUTALINA 0,5MG/ML 1ML INJ. IV/SC	AMP	200,00
0139	TRAMADOL 50MG COMP. VO EMBALAGEM FRACIONÁVEL	UND	1.600,00
0140	TRAMADOL 50MG/ML 2ML INJ. IM/IV/SC	AMP	15.000,00
0141	VANCOMICINA 500MG PÓ LIOFILIZADO INJ. IV	AMP	3.000,00
0142	VASOPRESSINA 20U/ML INJ	AMP	200,00

### **3.0. DA JUSTIFICATIVA:**

**3.1.** Tendo em vista a necessidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

HOSPITALARES DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES DE BOCAIUVA – MG. Desta forma, se justifica a compra por Processo Licitatório pelo Pregão Eletrônico por Ata de Registro de Preços:

**3.1.1.** Toda instituição regida e amparada pela Vigilância Sanitária é composta pela CFTP (Comissão Padronização de Farmácia Terapêutica) que visa evitar desperdícios, cortar gastos, padronizar rotinas e aumentar a qualidade do Serviço prestado ao cliente. Considerando que a aquisição de medicamentos médico hospitalares se trata de itens necessários para a assistência nos atendimentos dos pacientes do Hospital Municipal Dr. Gil Alves, bem como o atendimento das Normas Sanitárias vigentes.

**3.1.2.** Considerando que a necessidade de aquisição desses medicamentos é de extrema importância para a promoção em saúde. Onde a atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada. Tais motivos justificam o pedido de licitação para aquisição do objeto desse termo. Desse modo garantindo a promoção, prevenção e qualidade na saúde.

**3.1.3.** Considerando que as instituições de saúde se caracterizam como organizações prestadoras de serviços, onde o resultado final do processo não se traduz em um produto, mas sim na assistência à saúde de indivíduos e comunidades. Dessa forma, é importante que esse Hospital tenha recursos adequados para a prestação de uma assistência de qualidade.

**3.2.** A aquisição de medicamentos para a Seção Central de Abastecimento de Medicamentos visa atender as necessidades do Hospital Municipal Dr. Gil Alves, uma vez que o hospital atende as cidades da microrregião, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.

**3.3.** Os medicamentos serão utilizados em atendimentos ambulatoriais, na emergência, nos leitos de internação e também no bloco cirúrgico do Hospital Municipal Dr. Gil Alves.

**3.4.** O sucesso do processo licitatório vai viabilizar a realização de procedimentos e o tratamento adequado aos pacientes, evitando o encaminhamento para Hospitais conveniados e ensejando a racionalização (economicidade) de recursos colocados à disposição do Hospital Municipal Dr. Gil Alves.

**3.5.** Diante das considerações elencadas a aquisição de medicamentos médico hospitalares é indispensável à manutenção e prestação de assistência continuada aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Hospital Municipal Dr. Gil Alves.

**3.5.1.** A solicitação dos itens visa a realização de licitação no Sistema de Registro de Preços para atender o Hospital Municipal Dr. Gil Alves, no que diz respeito à necessidade de medicamento médico para manutenção desta instituição; uma vez que os itens são fundamentais para integridade, segurança e qualidade do atendimento aos usuários.

#### **4.0. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:**

**4.1.** A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

#### **5.0. DO PLANEJAMENTO**

**5.1.** O processo licitatório encontra-se amparado pela adequação orçamentária e é compatível com a Lei de diretrizes Orçamentárias.

20.02.01

10.302.0011.2211 Manutenções dos atendimentos, Interações, Enfermarias e Ambulatório  
33903000 – Material de consumo – 1500001002 – Recursos Não Vinculados de Impostos –  
Ficha 1860.

33903000 – Material de consumo – 1600000000 – Transferência Fundo A Fundo – Ficha 1861.

33903000 – Material de consumo – 1621000000 – Transferências Fundo A Fundo – Ficha  
1862

33903000 – Material de consumo – 1600003110 - Transferências Fundo A Fundo – Ficha 2060

**5.2.** A estimativa do valor da contratação encontra-se amparada por orçamentos realizados pelo setor de Compras, cujo custo estimado total da contratação é de

R\$3.268.171,80 (três milhões, duzentos e sessenta e oito mil, cento e setenta e um reais e oitenta centavos) e o mapa de apuração segue em anexo assinado pela Analista de Compras.

**6.0. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:**

**6.1.** A contratada deverá realizar a entrega no prazo máximo de 10 (DEZ) dias CORRIDOS, a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF), expedida pelo departamento responsável.

**6.2.** Caso a contratada não puder realizar a entrega neste prazo, deverá ser comunicado a contratante através de ofício, a justificativa poderá ser aceita ou recusada, sendo aceita a contratada deverá cumprir o prazo solicitado, se recusada, fica vigente o prazo de entrega descrito neste termo, sendo cabível punições administrativas caso não seja cumprido;

**6.3.** A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam projetistas, técnicos ou outros profissionais;

**6.4.** Entrada e saída de materiais durante a execução dos serviços de entrega deverão obedecer a uma programação previamente estabelecida, de forma que não interfira na rotina do Hospital, e deverá ser acompanhada por funcionários do mesmo;

**6.5.** Deverá responder por danos causados diretamente ao Contratante ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do serviço de entrega, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento pela Contratante;

**6.6.** Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;



**6.7.** E obrigação da contratada entregar os itens que necessitarem de embalagens intactas, para não comprometer o seu funcionamento, se houver embalagens com rasura poderá sofrer recusa no recebimento do material descrito neste termo.

#### **7.0. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS:**

**7.1.** Apresentarem qualidade, integridade da embalagem, sem falhas ou quaisquer outras avarias:

**7.1.1.** Serem transportados adequadamente de acordo com as condições em que se mantida sua qualidade;

**7.1.2.** Serem acondicionados em embalagens lacradas, devidamente identificados em perfeitas condições de armazenagem;

**7.1.3.** Os produtos em desacordo com a solicitação da compra ou a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Contratada;

**7.1.4.** A validade do Registro no Ministério da Saúde estela nível nas embalagens dos medicamentos;

**7.1.5.** Os medicamentos sejam entregues acompanhados do laudo de análise do controle de qualidade;

**7.1.6.** A quantidade esteja de acordo com a solicitada na Nota de Empenho;

**7.1.7.** A temperatura, no momento do recebimento esteja de acordo com as condições estabelecidas pelo fabricante.

#### **8.0. DA VALIDADE DOS PRODUTOS:**

**8.1.1.** Os medicamentos possuam validade igual ou superior a 85% no ato da entrega. Caso o produto não possua esta validade é obrigatória a apresentação da carta de compromisso de troca, ande a empresa se responsabiliza pela troca do produto, conforme Res. SES 1342/2016;

**8.1.2.** A embalagem esteja inviolável, de forma a permitir o correto armazenamento;

**8.1.3.** A especificação esteja em conformidade com o solicitado nesta solicitação de compra;

**8.1.4.** Obedeça a Lei 9787/99, que estabelece o medicamento genérico;

**8.1.5.** A validade do Registro no Ministério da Saúde esteja visível nas embalagens dos medicamentos;



**8.1.6.** Os medicamentos sejam entregues acompanhados do laudo de análise do controle de qualidade.

**9.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**9.1.** São obrigações da Contratante Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual;

**9.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

**9.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.4.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**9.6.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

**9.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.0. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**10.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**11.0. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

**11.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**12.0. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

**12.1.** O controle e fiscalização da Ata de Registro de preços serão conforme portaria nº17/2024, de 30 de abril de 2024, elaborada nos termos do Decreto Municipal 8.367/2023.

**12.2.** Nos termos do art.117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos. 119,120 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.4.** O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**13.0. DAS QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

**13.1.** Alvará Sanitário vigente expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria de Saúde do Estado ou Município de origem da empresa.

**13.2.** Publicação no Diário Oficial da União referente a Licença ou Autorização de Funcionamento da licitante participante, ACOMPANHADA do documento de Consulta desta licitante junto a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com situação ATIVA, DATADA dos últimos 30 (trinta) dias da data da sessão de julgamento deste processo.

**14.0. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

**14.1.** Alvará de localização e Funcionamento expedido pela prefeitura da sede da licitante.

**15.0. LOCAL DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

**15.1.** Atestado prazo de entrega dos bens é de até 10 (DEZ) dias CORRIDOS, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Chefe de divisão de compras, o local de entrega será no almoxarifado do HOSPITAL MUNICIPAL DE BOCAIUVA DR GIL ALVES localizada na PRAÇA ZICO CALDEIRA, 50, CENTRO – BOCAIUVA-MG de segunda à sexta-feira (exceto feriados) das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

**15.2.** As mercadorias deverão ser entregues periodicamente (mensalmente) no prazo de até 10 (DEZ) dias CORRIDOS, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada.

**15.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 02 (DOIS) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**15.4.** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**16.0. DOS PREÇOS:**

**16.1.** Nos preços unitários resultantes do desconto proposto deverão estar incluídos todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, embalagem, seguro, tributos incidentes,

bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

**17.0. DO PAGAMENTO:**

**17.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada;

**17.2.** Considera - se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestara execução do objeto da Ata de Registro de Preço;

**17.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**17.4.** Constatando - se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº3, de 26 de abril de 2018;

**17.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**17.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**17.7.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no termo de referência;

**17.8.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

**17.9.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar como Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3 de 26 de abril de 2018;

**17.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**17.11.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

**17.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação;

**17.13.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

**17.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**17.15.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**18.0. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:**

**18.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84, da Lei 14.133/2021.

**19.0. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**19.1.** Nos termos do art.117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**19.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos. 119,120 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.3.** De acordo com a Portaria 17/2024 onde cita os Coordenadores das Atas de Registro de Preços e o Fiscal de Contrato.

**19.4.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização

das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **20.0. DO PAGAMENTO**

**20.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**20.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**20.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**20.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**20.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**20.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**20.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou,



no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**20.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**20.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**20.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**20.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

**20.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**20.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**20.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **21.0. DO REAJUSTE**

**21.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata do Registro de Preços, salvo as situações previstas em lei que tratam da revisão e do reequilíbrio de preços conforme artigo art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 134. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

## **22.0. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**22.1.** A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

**22.2.** A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais e/ou equipamentos porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

**22.3.** Na substituição de materiais e/ou equipamentos defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

## **23.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**23.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, no seu artigo 155, a Contratada que:

Art. 155.O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**23.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções de acordo com o Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - As naturezas e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da

Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**23.3.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará de acordo com o art. 156 desta Lei, a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**23.4.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura de Bocaiúva, ou deduzidos da garantia,

ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**23.4.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**23.5.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**23.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**23.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**23.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**23.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**23.10.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

Bocaiúva, 04 de JULHO de 2024.

Marina Oliveira de Souza  
Coordenadora de Almocharifado/ Farmacêutica RT

Sidicley Admas Freire  
Diretor Técnico